

QUALIDADE DE ENSINO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: DESAFIOS NA CONTEMPORANEIDADE

Ariane Spanholi – UNOESC
Mônica Piccione Gomes Rios – UNOESC

Eixo Temático: Organização e gestão da educação superior

RESUMO

Este trabalho consiste em uma abordagem da qualidade da Educação Superior, com destaque à atual política pública de avaliação, tendo como objetivo problematizar a qualidade de ensino oferecida pelas Instituições de Ensino Superior no Brasil. Presenciamos nos últimos anos, uma grande quantidade de universidades e cursos surgindo, tendo os estudantes uma maior oportunidade para escolherem onde querem estudar e diferentes cursos para atenderem suas perspectivas de crescimento profissional. Dessa forma, debater sobre a qualidade da educação superior implica analisar o conceito de qualidade que é polissêmico, na perspectiva de ressignificar o ensino e contribuir para a redefinição de políticas públicas. O estudo em questão trata de um recorte de uma dissertação de mestrado que buscou analisar a dimensão comunitária da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), cuja abordagem foi qualitativa. Os dados foram coletados por meio da pesquisa bibliográfica e documental e de um grupo focal com 11 docentes da Unoesc que é uma Instituição privada, sem fins lucrativos de âmbito comunitária e confessional. Foram também avaliados as potencialidades e os limites da Universidade do Oeste de Santa Catarina, a fim de realizar uma concreta e efetiva análise do tema, para que não somente dirigentes, professores e pesquisadores da Instituição e da comunidade tenham acesso, mas que alunos, escolas, instituições e todas as demais pessoas envolvidas diretamente ou não com a educação superior, possam manter um canal aberto para que se amplie o entendimento sobre a qualidade da Educação Superior, em especial as Instituições comunitárias, com vistas ao desenvolvimento do país.

Palavras-chave: Educação Superior; Qualidade de Ensino; Políticas Públicas

1. INTRODUÇÃO

A educação acontece em diferentes dimensões e ambientes ligados à vida social, sendo que ela é um dos elementos essenciais nas relações humanas mais amplas, além do que está intimamente ligada às dimensões econômicas, culturais, sociais e políticas da sociedade. Para que a educação contribua para o desenvolvimento das diferentes dimensões, é necessário uma educação de qualidade.

Segundo Dourado (2007, p.10),

as condições e os insumos para oferta de ensino de qualidade são fundamentais para a construção de uma boa escola ou uma escola eficaz, sobretudo se estiverem articuladas às dimensões organizativas e de gestão que valorizem os sujeitos envolvidos no processo, os aspectos pedagógicos presentes no ato educativo e, ainda,

contemplem as expectativas dos envolvidos com relação à aquisição dos saberes escolares significativos e às diferentes possibilidades de trajetórias profissionais futuras.

Cabe às instituições de ensino superior ter sempre como base uma educação de qualidade sociocultural e proporcionarem boas condições de ensino a seus alunos, pois são elas que auxiliarão a formação de profissionais competentes para atuarem na sociedade.

Nessa perspectiva, a partir da dissertação de mestrado intitulada “A dimensão comunitária na educação superior do oeste de Santa Catarina: o caso Unoesc – Joaçaba” buscou-se, para efeito deste trabalho, focar os desafios da qualidade de ensino da educação superior, na contemporaneidade, com objetivo de problematização dessa temática. Para o desenvolvimento da dissertação, cujo objetivo fora investigar a atuação da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), tendo em vista o desenvolvimento regional, utilizou-se da abordagem qualitativa de pesquisa, tendo sido os dados coletados por meio de pesquisa bibliográfica, análise documental e grupo focal realizado com onze docentes da Unoesc. A Unoesc é uma Instituição declarada de utilidade pública municipal, estadual e federal, filantrópica, sem fins lucrativos e, conseqüentemente, comunitária.

A definição das dimensões e fatores que envolvem a qualidade podem estar ligados ao controle social sobre a produção e desenvolvimento econômico, sendo que políticas educacionais que garantam uma qualidade de ensino irão somente contribuir para a melhor formação e desempenho dos alunos além de estar proporcionando aos mesmos atividades das quais sintam-se comprometidos com a comunidade a qual pertencem. Conforme Aimi et all (2008, p.7),

qualidade social se refere às funções que as Instituições de Ensino Superior (IES) assumem ao realizarem atividades de extensão, descobrindo e modificando a realidade social que as cerca, visando assim, o desenvolvimento da sociedade. Percebe-se assim, que a qualidade do ensino superior esta ligada também nas oportunidades que os alunos têm de entrar em contato com a prática, contextualizando as teorias vistas em sala de aula.

Os organismos multilaterais estão muito envolvidos nas discussões quanto aos fatores ligados à qualidade de ensino das instituições de ensino, entre eles podemos citar a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), Unicef, Unesco, BM entre outros.

A qualidade de ensino na educação superior está intimamente ligada à qualidade de formação dos alunos nas escolas do nível fundamental e médio, sendo preciso analisar qual a formação e desempenho destes alunos que chegam à universidade. Qualidade de ensino na

educação superior é também essencial para a satisfação dos alunos, principalmente com relação a fatores referentes como a qualificação do corpo docente, à estrutura curricular capaz de atender as exigências do mercado de trabalho, o bom desempenho e conhecimento dos professores, estrutura física adequada entre outros são elementos essenciais que passam por análise constante dos acadêmicos e da comunidade externa. Nessa perspectiva, vale ressaltar o caráter negociável da natureza da qualidade que vem de encontro com a noção de qualidade adotada pelas políticas públicas neoliberais. De acordo com Bondioli (2004, p.14), que nos apresenta o conceito de “qualidade negociada”,

A qualidade não é um dado de fato, não é um valor absoluto, não é adequação a um padrão ou a normas estabelecidas a priori e do alto. Qualidade é transação, isto é, debate entre indivíduos e grupos que têm um interesse em relação à rede educativa, que têm responsabilidade para com ela, com a qual estão envolvidos de algum modo e que trabalham para explicitar e definir, de modo consensual, valores, objetivos, prioridades, ideias sobre como é a rede (...) e sobre como deveria ou poderia ser.

Assim para que a qualidade de ensino realmente se efetive é necessário que nosso sistema de ensino seja primeiramente revisto, reconcebido, reorganizado, pois, é preciso ocorrer mudanças significativas nos diversos eixos de ensino, para que a qualidade repercuta melhores resultados, além disso, para que o desenvolvimento da cidadania seja consolidado, a participação de todos os envolvidos na educação é fundamental.

Nas universidades existem problemas de âmbito social relacionados à discriminação, preconceito, desigualdades, violência entre outros, que interferem na qualidade de ensino e no desenvolvimento e crescimento de uma instituição de ensino superior. Por isso, como abordado anteriormente, para que haja qualidade de ensino torna-se necessário que sejam desenvolvidas efetivamente políticas públicas educacionais que se comprometam na resolução dos problemas presenciados diariamente nas universidades e também no seu entorno.

Na educação superior a qualidade é muito referenciada e discutida, até porque são muitas as instituições que vêm surgindo numa velocidade consideravelmente rápida. As instituições que se destacam e tem reconhecimento na sociedade são aquelas que têm em sua real concepção um trabalho administrativo e educacional sério e competente, que desenvolvem com efetividade a sua função social e que demonstram o quanto os alunos aprenderam a partir de um ensino de qualidade. Conforme Dourado e Oliveira (2009, p.211),

os processos educativos e os resultados escolares, em termos de uma aprendizagem mais significativa, resultam de ações concretas com o objetivo de democratização dos processos de organização e gestão, exigindo rediscussão das práticas curriculares, dos

processos formativos, do planejamento pedagógico, dos processos de participação, da dinâmica da avaliação e, portanto, do sucesso escolar dos estudantes.

A melhoria da qualidade de ensino está intrinsecamente relacionada a um processo de avaliação institucional, tanto interno, quanto externo. Analisar uma determinada instituição de educação superior requer conhecer como esta instituição vem sendo avaliada. Existem várias dimensões e aspectos envolvidos num processo de avaliação da qualidade de ensino em uma IES. Neste processo que visa à melhoria do ensino destacam-se os docentes, tendo em vista o compromisso com a aprendizagem e desenvolvimento dos alunos, futuros profissionais.

De acordo com Demo (2008), a qualidade está ligada com aquilo que é bem feito e completo, sendo que o conceito está relacionado à ação humana, ou seja, nessa condição a qualidade está influenciada pelo toque humano na quantidade. Assim, a ação humana, no caso a ação docente constitui diferencial na melhoria da qualidade de ensino.

Nessa perspectiva, a influência dos docentes na qualidade da educação superior é significativa e importante, pois a forma como os mesmos planejam suas aulas, que métodos utilizam, como se relacionam com os acadêmicos, como avaliam, entre outros é que vai proporcionar um melhor desempenho dos alunos e o aumento do índice de qualidade da instituição a que pertencem. A qualidade está muito além da dimensão técnica, pois o compromisso das universidades e dos docentes que nelas atuam, é preparar o futuro profissional, que antes é um cidadão, para que atue com competência multidimensional e contribua para construir uma sociedade mais justa e igualitária e, por conseqüência, uma melhor qualidade de ensino da educação superior.

A qualidade que abordamos e que se faz necessária no ensino superior deve ser acima de tudo uma qualidade que envolva cada vez mais uma diferenciada formação humana e ética do futuro profissional, fazendo-o perceber a sua importância como indivíduo significativo para a transformação e melhoria da sociedade.

2. ATUAIS POLÍTICAS PÚBLICAS DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Na contemporaneidade, muitas transformações na educação superior ocorrem a partir das exigências de uma nova sociedade. Como a universidade apresenta uma das características principais de sua existência a de ser propulsora do progresso, ela necessita avaliar constantemente seus projetos, objetivos, estruturas, enfim toda sua globalidade.

O entendimento da educação superior é favorecido pela compreensão dos processos de avaliação que a permeiam, pois a avaliação está também ligada às políticas públicas vigentes.

As práticas de avaliação visam à transformação dos processos de ensino aprendizagem, da qualidade de ensino e também de questões úteis e ligadas aos interesses e necessidades da população.

Em 2004, sob a Lei nº 10.861, de 14 de abril foi instituído o Sistema Nacional de Avaliação Superior (SINAES) que tem por objetivo: a melhoria da qualidade da educação superior; a orientação da expansão de sua oferta; o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; e o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. Este sistema de avaliação é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes.

Conforme aponta BRASIL, INEP (2010), o SINAES avalia todos os aspectos que giram em torno desses três eixos: o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspectos. O SINAES possui uma série de instrumentos complementares: autoavaliação, avaliação externa, ENADE, avaliação dos cursos de graduação e instrumentos de informação (censo e cadastro). Os resultados das avaliações possibilitam traçar um panorama da qualidade dos cursos e instituições de educação superior no País. Os processos avaliativos são coordenados e supervisionados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes). A operacionalização é de responsabilidade do Inep.

De acordo com BRASIL, SINAES (2003, p.62),

esse sistema deve articular duas dimensões importantes: a) avaliação educativa propriamente dita, de natureza formativa, mais voltada à atribuição de juízos de valor e mérito em vista de aumentar a qualidade e as capacidades de emancipação e b) regulação, em suas funções de supervisão, fiscalização, decisões concretas de autorização, credenciamento, recredenciamento, descredenciamento, transformação institucional etc., funções próprias do Estado.

Esta concepção de avaliação busca articular a avaliação interna e externa, a comunidade acadêmica com membros da sociedade, as instâncias institucionais com as nacionais e internacionais. Além disso, um sistema de avaliação como o SINAES, opera com as ideias da solidariedade e da cooperação intra e interinstitucional, e não com a ideologia da competitividade, da concorrência e do sucesso individual.

No âmbito da gestão e gerenciamento educacional de uma Instituição de Ensino Superior, a autoavaliação Institucional é também uma importante ferramenta num programa

de melhoria contínua da qualidade do ensino das IES. A avaliação interna ou autoavaliação tem como principais objetivos produzir conhecimentos, pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela instituição, identificar as causas dos seus problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo, fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais, tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade, julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos, além de prestar contas à sociedade (BRASIL,SINAES 2004).

A autoavaliação conduzida de acordo com as orientações da lei nº 10.861/2004, que afirma em seu artigo 11 que cada instituição de ensino superior deve constituir sua Comissão Própria de Avaliação (CPA) para conduzir os processos internos de avaliação, com a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e com atuação autônoma. Assim, a autoavaliação promove que todos estejam comprometidos com efetivação de mudanças que por ventura, sejam necessárias com vistas à melhoria da qualidade de ensino.

Segundo documento do BRASIL, Inep (2004, p. 21),

A prática da autoavaliação como processo permanente será instrumento de construção e/ou consolidação de uma cultura de avaliação da instituição, com a qual a comunidade interna se identifique e comprometa. O seu caráter formativo deve permitir o aperfeiçoamento, tanto pessoal (dos docentes, discentes e corpo técnico-administrativo) quanto institucional, pelo fato de colocar todos os atores em processo de reflexão e autoconsciência institucional.

A implantação de um modelo de autoavaliação institucional requer um “repensar” de todas as pessoas envolvidas (a IES, professores, funcionários e alunos) a respeito da importância da qualidade do ensino para o crescimento da instituição, para o fortalecimento do conhecimento dos alunos (e também dos professores e funcionários) e, conseqüentemente, para o desenvolvimento do País.

Este sistema de avaliação condiz com os objetivos, missão e valores que as instituições de ensino superior comunitárias, como a Unesco se embasam, pois através dele todos os envolvidos com a instituição como docentes, alunos, técnicos administrativos e também a comunidade sejam elementos de contribuição para a sua avaliação interna. Porém, estudo de Sousa (2009), a respeito do SINAES, demonstra que o processo de autoavaliação foi relegado a segundo plano, tendo o ENADE ganho visibilidade, fomentando assim a cultura de ranqueamento em detrimento do desenvolvimento da cultura de avaliação.

O esforço de autoavaliação desencadeado pelas IES deve ter produzido riquíssimas informações e pode ser um mapa que nos guie na intrincada rede de informação e de conhecimento, mas ainda não serviu para gerar fluxos transformadores nas universidades. Ao contrário, o sistema tem relegado cada vez mais a autoavaliação a um plano secundário e todo o esforço de retomada de iniciativa do Estado na regulação e supervisão tem, contemporaneamente, feito concessão às leis de mercado. Embora no discurso a política de avaliação concretizada no SINAES dê equidade aos vários instrumentos avaliativos que a compõem, na prática, o ENADE foi-se consolidando como o instrumento por excelência a orientar as ações de regulação e supervisão (SOUSA, 2009, p. 281).

A partir das considerações do autor, é possível afirmar que as universidades necessitam uma análise mais apurada de quais os aspectos avaliativos que estão utilizando, sendo que sabemos que isso não depende somente delas, mas também de toda sociedade, principalmente das esferas públicas como o próprio Estado, com destaque às políticas públicas de avaliação da educação superior. A avaliação pelo seu potencial transformador necessita estar em benefícios de todos e não somente de alguns e a universidade como instituição social não pode correr o risco de perder a sua identidade e o compromisso em oferecer um ensino de qualidade.

Nessa direção, a análise das respostas dos docentes que participaram do grupo focal revelou que, ao mesmo tempo em que alguns docentes pontuam que a Unoesc busca realizar um atendimento às demandas da comunidade como instituição comunitária, outros percebem que este tema é um dos aspectos que ainda a Instituição precisa desenvolver mais para realmente fazer jus à sua identidade comunitária. Dessa forma, destacam que para a Unoesc conseguir desenvolver atividades que sejam capazes de atender às demandas da sociedade precisa igualmente um maior investimento em pesquisas para que assim possa, efetivamente, conhecer a realidade dos problemas que sua comunidade local enfrenta no cotidiano.

Segundo Frantz e Silva (2009, p. 216), “a pesquisa é o campo mais valorizado, institucionalmente, pela comunidade científica, pelas instituições científicas em geral, pelas políticas para o setor e por todos aqueles dedicados a construir ciência na universidade.” Considerando que a pesquisa implica a qualidade de ensino das IES, faz-se necessário que os próprios docentes procurem propor alternativas para que a pesquisa se fortaleça, tornando-se atores participantes de uma nova realidade, onde todos façam a sua parte para que a pesquisa seja um elemento significativo no desenvolvimento científico da Instituição e da região.

Os destinos de uma sociedade são influenciados pelo envolvimento e formação de sua população. Segundo as falas dos docentes, a Unoesc, como instituição comunitária, se diferencia das demais instituições de ensino superior, entre outros aspectos, no que se refere à

formação humana e à qualificação profissional dos seus acadêmicos. As falas dos docentes revelaram que existe uma preocupação da Instituição e dos próprios docentes em proporcionar aos acadêmicos uma formação que não seja somente técnica, mas, ética e humana. Nessa direção, Dias Sobrinho (2002, p. 187) afirma que,

Competência técnica precisa ser um aspecto da competência ética, da competência humana, entendida como o exercício autônomo e solidário das diversas dimensões da existência e que requer, dentre outras marcas, uma relação permanente e sempre renovável com a produção e reprodução de saberes necessários para a intervenção criativa e crítica da realidade, capacidade de construir e interpretar os sentidos nos horizontes locais e universais, bem como agir na esfera política e social sempre com atitudes de cooperação, solidariedade e compreensão das diversidades.

É fato que os acadêmicos formados na universidade precisam de uma formação ampla, na qual estejam envolvidos aspectos essenciais para o seu desenvolvimento humano no intuito de que se tornem cidadãos participativos no atendimento não apenas das expectativas regionais, mas, também, das globais.

Os docentes pesquisados reconhecem, também, que a Unoesc se diferencia das outras instituições de ensino superior devido à oferta de cursos com relevância social para a comunidade. Nesse sentido, as universidades precisam estar situadas no novo marco da formação que segue no momento atual, reconfigurando suas ofertas e, ainda, proporcionar cursos de qualidade, com projetos pedagógicos bem definidos.

A qualidade dos cursos está diretamente relacionada à elaboração de seu projeto político pedagógico, uma vez que nele devem estar incluídos os objetivos das atividades, as perspectivas metodológicas e os conteúdos necessários para a formação e desenvolvimento profissional do acadêmico, e tudo necessita estar de acordo com as diretrizes nacionais da educação.

Os docentes têm um papel essencial na elaboração e inovação do projeto político pedagógico dos cursos, que é um instrumento político, cultural e científico, resultante de construção coletiva. Mais do que uma formalidade constituída, o projeto pedagógico de curso é a expressão do curso que inclui aspectos relacionados ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão (UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos que a qualidade de ensino prestado vem sendo cada vez mais o motivo norteador das atividades oferecidas pelas instituições de ensino superior comunitárias, pois como elas nascem por intermédio dos anseios da comunidade, elas também possuem o compromisso de que esta qualidade de ensino seja consistente e repercuta na melhoria da qualidade de vida da população e no aprimoramento do desenvolvimento regional, assumindo, assim, o seu verdadeiro caráter social comunitário.

O estudo realizado demonstra que a Unoesc é referenciada na comunidade regional como uma Instituição com ensino de qualidade. A qualidade do ensino de uma instituição de ensino superior é essencial para o seu reconhecimento institucional e, por isso, deve oportunizar aos seus acadêmicos um ensino diferenciado, capaz de ultrapassar as paredes das salas de aula, tornando o aluno um sujeito ativo na sua realidade local, a fim de buscar soluções para os principais problemas que a sua região enfrenta.

As pesquisas e os estudos sobre a qualidade da educação revelam que uma educação de qualidade, ou melhor, uma escola eficaz é resultado de uma construção de sujeitos engajados pedagógica, técnica e politicamente no processo educativo, em que pesem, muitas vezes, as condições objetivas de ensino (DOURADO, 2007).

Nessa perspectiva, a Unoesc, como Universidade comunitária, precisa proporcionar espaços que propiciem o debate e a construção de novos cenários para o desenvolvimento de sua região, acreditando na importância de uma relação mais significativa entre a comunidade e a Instituição, com vistas à participação efetiva, em prol de um ensino de qualidade que contribua para o desenvolvimento regional, tendo como horizonte a transformação e a justiça social.

REFERÊNCIAS

AIMI, Daniela da Silva. FELDKERCHER, Nadiane, HENRIQUES, Cecília Machado. **Qualidade no ensino superior e sua relação com os professores substitutos**. In: VIII Congresso Nacional de Educação da PUCPR - ENDUCERE e no III Congresso Ibero-Americano sobre Violência nas Escolas CIAVE, 2008, Curitiba - PR.

BONDIOLI, A. **O projeto pedagógico da creche e a sua avaliação: a qualidade negociada**. Campinas: Autores Associados, 2004.

BRASIL, Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: SINAES. **Roteiro de Auto-Avaliação Institucional**. Brasília, MEC, Inep, 2004.

BRASIL, **Bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior**. Brasília, MEC, SINAES, 2003.

DEMO, Pedro. **Avaliação qualitativa**. Campinas: Autores Associados, 2008.

DIAS SOBRINHO, José. **Universidade e Avaliação – entre a ética e o mercado**. Florianópolis: Insular, 2002.

DOURADO, Luiz Fernando. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Brasília, Instituto Nacional de Estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira, 2007.

DOURADO, Luiz Fernandes e OLIVEIRA, João Ferreira de. **A qualidade da educação: perspectivas e desafios**. Cad. Cedes, Campinas vol. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009 201.

FRANTZ, Walter; SILVA, Enio Waldir da. **As funções sociais da universidade – o papel da extensão e questão das comunitárias**. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2002.

SOUSA, K. L. O. **O caráter público do SINAES e seu potencial de transformar o currículo das universidades**. 2009. Tese (Doutorado em Educação e Currículo)– Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA. **Projeto Pedagógico Institucional – (PPI)**. Joaçaba: Ed. Unoesc, 2009.